

PROJETO DE LEI Nº , DE 2009

(Do Sr. Milton Vieira)

Acrescenta artigo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a remoção de sinalização de trânsito no leito da via.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta artigo no capítulo VII Da Sinalização de Trânsito, da Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a remoção de sinalização de trânsito no leito da via.

Art. 2º A Lei nº 9.503, de 1997 passa a vigorar acrescida do seguinte artigo em seu capítulo VII Da Sinalização de Trânsito:

“Art. 85-A. Fica proibido a utilização de tinta preta para remoção de marcas de sinalização de trânsito no leito da via, ficando o órgão, entidade ou concessionárias de trânsito com circunscrição sobre a via a responsabilidade pela sua manutenção.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A falta de regulamentação sobre o modo de remover marcas de sinalização de trânsito no leito da via tem levado certas concessionárias de rodovias a realizar essa operação da maneira a mais inadequada: pintando tais marcas com tinta preta.

Esse procedimento tem causado uma serie de acidentes, vitimando sobretudo motociclistas, porque a tinta sobre a pista cobre os elementos do pavimento que permitem a aderência necessária aos pneus dos veículos.

Especialistas consultados sobre o assunto consideram inadmissíveis essa pintura, que classificam como “gambiarra”. Citam que há métodos corretos de fazer a remoção das marcas, entre eles o da “fresagem”, que é como uma raspagem do pavimento.

Sem entrar nesse âmbito, propomos neste projeto de lei que essa remoção seja autorizada pelo órgão de trânsito responsável pela via e que obedeça as normas estabelecidas pelo CONTRAN. Estamos certos de que, a inserção desse dispositivo no Código de Trânsito Brasileiro, evitará vários acidentes de trânsito.

Pela importância dessa proposição, esperamos tê-la aprovada pelos ilustres Parlamentares.

Sala das Sessões, em de de 2009.

Deputado MILTON VIEIRA